

**POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 339 / 2023 – SESP / DEPPEN

Termo de Cooperação que entre si celebram o **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN**, com interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP**, através da **CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ**, e, de outro lado, a empresa **ODAIR DE OLIVEIRA – METALÚRGICA**, visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

PROTOKOLO N. 21.119.543-6

O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN**, situado na Rua Maria Petroski, 3.312, Bacacheri, CEP 82.600-730, Curitiba – PR, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Senhor **OSVALDO MESSIAS MACHADO**, RG 3.426.728-6 /PR, com interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SESP**, situada na Rua Cel. Dulcídio, 800 Batel, CEP 80.420-170, Curitiba – PR, neste ato representada por seu Secretário, Senhor **CEL. PM RR HUDSON LEÔNIO TEIXEIRA**, RG n.º 5.546.799-4, através da **CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ**, neste ato representada por seu Gestor, Senhor **PABLO FERNANDO PEREIRA DA COSTA**, e de outro lado, a empresa **ODAIR DE OLIVEIRA - METALÚRGICA**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.903.110/0001-40, com sede na Av. Massuo Yoshiy, 4700 – Bairro: Gleba Ribeirão Sarandi – CEP 86.990-000 – MARIALVA/PR, representada, neste ato, por seu representante legal, o Senhor **ODAIR DE OLIVEIRA**, doravante denominados, respectivamente, apenas **DEPPEN** e **COOPERADA**, com fulcro no artigo 184 da Lei n.º 14.133/2021, e no artigo 661 do Decreto Estadual 10.086/2022, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Em cumprimento do princípio constitucional de respeito à dignidade do ser humano e atendimento das finalidades educativa e produtiva do trabalho do condenado, nos termos do art. 28 da Lei de Execução Penal (LEP), Lei n.º 7.210/84, a ação conjunta entre os partícipes têm por objetivos prioritários e específicos:

- I – promover a reinserção social dos apenados através de atividades laborais e educacionais;
- II – permitir a redução da pena, por meio de atividades laborativas;
- III – promover a ressocialização dos apenados, conferindo-lhe participação ativa na sociedade, qualificando-o e transformando sua realidade interior e exterior;

*Endereço: Rua Maria Petroski, 3312 - Bairro Bacacheri - Curitiba - PR - Cep 82.590-100
Tel 41 3294-2974*

ODAIR DE
OLIVEIRA:02
652767992

Assinado de forma
digital por ODAIR DE
OLIVEIRA:02652767992
Dados: 2023.10.10
09:02:10 - 03:00'

PABLO FERNANDO
PEREIRA DA
COSTA:346276478
08

Assinado de forma digital por
PABLO FERNANDO PEREIRA
DA COSTA:34627647808
Dados: 2023.10.11 10:29:35
03:00'

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

IV – incrementar as atividades laborais dos condenados, permitindo-lhes o encontro de suas reais vocações, em cumprimento à Lei n.º 7.210/84 e aos princípios jurídicos implícitos e explícitos nela contemplados;

V – contribuir, por via indireta, com o desenvolvimento nacional, nos termos do art. 3º, II da CR, pela oferta de mão de obra, pela oportunidade de qualificação desta e pela participação ao setor produtivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná, como forma de readaptação ao meio social, em conformidade com o disposto no artigo 28 e seguinte da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, devendo atuarem nas dependências da cooperada ou em locais previamente informados a Direção da Unidade Penal, na execução de serviços de: Construção Civil e Manutenção Hidráulica em Geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto os partícipes comprometem-se conjuntamente a envidar esforços e adotar, direta ou indiretamente, as ações para a realização do objeto constante na Cláusula Primeira e as atribuições definidas no Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Cooperação.

Parágrafo primeiro: Compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP:

1. Figurar como interveniente, mediando, supervisionando, analisando o referido Termo de Cooperação e Plano de Trabalho entre o **DEPPEN** e a Cooperada;
2. Sinalizar e especificar ao **DEPPEN**, se houver alguma alteração que seja necessária a ser realizada em todo o procedimento executado;
3. Autorizar o prosseguimento do presente instrumento, se estiver de acordo com as normas exigidas, para que seja efetivado a ocupação laborativa dos apenados;
4. Publicar no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, o presente Termo de Cooperação, uma vez assinado, respeitado o prazo constante no art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Parágrafo segundo: Compete ao Departamento de Polícia Penal – DEPPEN:

1. Colocar à disposição da **COOPERADA**, por intermédio da **CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ**, entre 01 (um) e até 10 (dez) presos, para desenvolver as atividades estipuladas no objeto do Termo de Cooperação;

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2. Por se tratar de presos em regime fechado, o Estabelecimento Penal fará um rigoroso critério de seleção dos presos a serem utilizados nesse setor através da Comissão Técnica de Classificação, bem como fará visitas periódicas aos setores de trabalho externo, atendendo ao que determina o art. 36 da Lei de Execução Penal;
3. Comunicar, através do Estabelecimento Penal, o Juízo da Vara de Execuções Penais, da implantação e exercício das atividades laborais dos presos fora das dependências do Estabelecimento Penal;
4. Acompanhar, por meio do Estabelecimento Penal, os avanços ocorridos no preso, em seus aspectos moral, psíquico, econômico e social, gerando relatórios ao **DEPPEN**, que desenvolverá estudos de aprimoramento do trabalho do preso;
5. Avaliar por meio de relatório de frequência, controle de comparecimento e/ou produção, que será encaminhado pela **COOPERADA** para a Divisão de Ocupação e Qualificação – **DIOQ** – do Estabelecimento Penal, o cumprimento do objeto;
6. Emitir, por meio do **DEPPEN**, boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **COOPERADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado;
7. Determinar, a qualquer tempo, por intermédio da Direção do Departamento de polícia Penal – **DEPPEN**, a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, com o consequente desimplante dos presos, caso a **COOPERADA** não forneça a frequência mensal de comparecimento ou produção e/ou não efetue os pagamentos devidos ao **DEPPEN**, nos prazos estabelecidos neste Termo de Cooperação;
8. Designar gestor encarregado do acompanhamento da Cooperação, o qual deverá gerar relatórios detalhados ao **DEPPEN**, sempre que necessário, informando acerca de ocorrências e demais fatos, visando implementar os ajustes necessários ao bom andamento dos objetivos deste instrumento.

Parágrafo terceiro: Compete à Cooperada:

1. Garantir a fiel execução do objeto deste Termo de Cooperação;
2. Utilizar efetivamente o quantitativo de mão de obra mencionado no inciso I do parágrafo anterior, sob pena de, não o fazendo, ser rescindida a Cooperação;
3. Cumprir pontualmente com os pagamentos referentes à prestação do trabalho pelos presos;

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

4. Respeitar, ao utilizar presos do **Regime Fechado**, o limite de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra, conforme disposto no §1º do artigo 36 da Lei de Execução Penal;
5. Garantir que os presos tenham condições dignas de trabalho, respeitando os limites mínimos de 06 (seis) e máximo de 08 (oito) horas de jornada, conforme dispõe o art. 33 da Lei n.º 7.210/84;
6. Adotar medidas que propicie a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme estabelece o artigo 7º, inciso XXII, da CF/88;
7. Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual necessário à prestação laboral, nos termos definidos pelo órgão encarregado da supervisão e conforme disposto no art. 28, §1º da Lei n.º 7.210/84;
8. Garantir ao preso intervalo de descanso e higiene mental durante a jornada de trabalho;
9. Prestar as orientações técnicas necessárias à realização do objeto descrito na cláusula primeira a Cooperação, realizando o treinamento necessário à operacionalização das tarefas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e demais acessórios necessários à efetivação dos serviços, bem como programando e distribuindo os serviços a serem executados;
10. Prestar total e imediata assistência ao preso, em caso de acidente do trabalho, comunicando imediatamente o evento à unidade penal;
11. Supervisionar o trabalho no que tange à adequação técnica, qualidade e idoneidade;
12. Designar funcionário para o acompanhamento da execução dos serviços constantes do Plano de Trabalho, na proporção de 01 (um) funcionário para cada 25 (vinte e cinco) presos;
13. Remunerar os presos, nos termos da Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210/84, em, ao menos, ¾ do salário-mínimo nacional vigente;
14. Emitir a frequência mensal de cada preso, contendo o quantitativo (em dias corridos) de comparecimento e/ou produção realizada, descontadas as ausências em período superior a 06 (seis) horas, independentemente do motivo, devendo a mesma estar disponibilizada para a Divisão de Ocupação e Qualificação – DIOQ do Estabelecimento Penal até o último dia útil de cada mês, visando a elaboração da respectiva folha de pagamento;
15. Solicitar ao Estabelecimento Penal a substituição dos presos que não corresponderem com a produção desejada, tanto na quantidade como na qualidade previamente estabelecida, devendo fundamentar e justificar o seu pedido;

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

16. Pagar, nos termos da Resolução 008/2014 –DEPPEN/PR, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**, o equivalente a 100% do salário-mínimo nacional por preso implantado, a ser pago por boleto bancário, que será composto da seguinte forma: 75% (setenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso e 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo nacional destinado ao **FUPEN**, a título de taxa, revertida para programas de trabalho dos presos;
17. Poderá realizar, às suas expensas e dentro do horário de trabalho palestras mensais, com duração de até 4 horas, as quais abordem assuntos relativos à profissionalização, educação formal e continuada, prevenção de doenças, prevenção de acidentes, além de outros de interesse dos presos, que tenham relação com o processo educativo e ressocializador da pena;
18. Indicar gestor próprio o qual estará encarregado de acompanhar a produção acerca do desenvolvimento dos trabalhos, das adequações e ajustes necessários ao regular desempenho das atividades, além de ser responsável pelo diálogo entre os partícipes;
19. Comunicar, de imediato e por escrito, à Direção da Unidade, quaisquer anormalidades no procedimento do preso, tais como ausência injustificada ao local onde presta serviço, atrasos, inadequação ao trabalho, ineficiência e solicitação de dispensa ou saída antecipada;
20. Fornecer meio de transporte para os presos e ao servidor (quando for o caso), designado para manutenção da ordem, disciplina e da segurança;
21. Fornecer alimentação para os presos e ao servidor (quando for o caso) no horário de trabalho;
22. Observar as regras de segurança de trânsito se for proporcionado transporte aos presos;
23. Zelar pela segurança e disciplina nos canteiros de trabalho durante o período da jornada diária;
24. Providenciar o imediato retorno do preso à Unidade Penal em caso de paralisação dos serviços, comunicando o fato à Direção do estabelecimento prisional;
25. Comunicar previamente à Direção da Unidade Penal qualquer alteração no local e horário de prestação de serviço.

Parágrafo terceiro: Compete aos presos prestadores de serviço:

1. Cumprir jornada de trabalho estabelecida;
2. Ser assíduo e pontual;

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

3. Apresentar-se ao trabalho em condições adequadas no que se refere à higiene pessoal e à vestimenta;
4. Zelar pela economia e aproveitamento do material e dos equipamentos sob seus cuidados;
5. Tratar a todos com cordialidade e respeito;
6. Cumprir as orientações de segurança e medicina de trabalho, especialmente quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros e/ou orçamentários entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DO CHAMAMENTO

O presente instrumento não necessita de Chamamento Público, eis que se trata de **Termo de Cooperação**, e de acordo com o Decreto Estadual nº 10.086/2022 exige-se a necessidade de Chamamento Público quando o instrumento se tratar de **Convênio**.

Deste modo, o presente Termo de Cooperação é dispensado da obrigatoriedade de realização de Chamamento Público.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante manifestação de interesse de ambas as partes, respeitados os limites legais.

CLÁUSULA SEXTA – CARGA HORÁRIA

1. De conformidade com o art. 33, da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, a jornada diária de trabalho não será inferior a 06 (seis) horas, nem superior a 08 (oito) horas.
2. A carga horária não ultrapassará 44 (quarenta e quatro) horas semanais. (**Art. 7º – inciso XIII da CF/88** “Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais”);
3. Caberá à Direção do Estabelecimento Penal, mediante solicitação formal da Cooperada, autorizar ou não o trabalho aos sábados, observando-se a carga horária limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

4. Caberá a Divisão de Ocupação e Qualificação – DIOQ da Unidade Penal, fiscalizar o cumprimento da carga horária dos presos quando solicitado trabalho aos sábados pela Cooperada.

CLÁUSULA SÉTIMA – METAS DO TERMO

1. Construir um ambiente favorável a boa convivência dos presos, despertando nos mesmos a autoestima e a corresponsabilidade do tratamento entre os demais presos e com a sociedade;
2. Motivar pelo aprendizado de novos ofícios, condições favoráveis a sua sustentabilidade para seu retorno a sociedade, alcançando plena reinserção no mercado de trabalho;
3. Propiciar aos presos ambientes harmônico que estimule a solidariedade ajudando os seus companheiros no cumprimento de tarefas diárias e de suas penas;
4. Oportunizar a convivência familiar, estreitando os vínculos familiares, resgatando a união em família.

CLÁUSULA OITAVA – DA ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO OBJETO

Os partícipes designarão gestores para organizar, acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestações da satisfatória realização do objeto do Termo de Cooperação.

§1º. Pelo **DEPPEN** fica indicado, como gestor, o Senhor **PABLO FERNANDO PEREIRA DA COSTA**, Gestor da **CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ**, e como fiscal o Senhor **SILVINO JOSÉ MOLINA DE SOUSA**, Coordenador Regional das Cadeias Públicas de Maringá.

§2º. Dentre as obrigações a serem cumpridas por Gestor e Fiscal da cooperação, devem ser diligenciadas informações quanto ao recolhimento dos valores destinados aos presos, bem como ao Fundo Penitenciário do Paraná, devendo ser certificada tal informação mensalmente e registrada em autos próprios.

§3. O Gestor e Fiscal da cooperação, em sendo celebrado, deverão verificar as obrigações conveniadas, especialmente aquelas que se referem ao recolhimento dos valores pagos aos presos e ao recolhimento da taxa ao Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN, devendo tal adimplemento ser condicionante às subseqüentes prorrogações do acordo e à celebração de novos Termos de Cooperação com a empresa já cooperada.

§4. Cabe ao gestor encarregado do acompanhamento da cooperação, facilitar ao **DEPPEN** e ao **INTERVENIENTE** todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhes efetuar inspeções *in loco* e fornecendo, sempre

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Cooperação, nos termos art. 684, VIII e XI do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

§5. Conceder o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública **DEPPEN**, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Termo de cooperação, e aos locais de execução do objeto, nos termos do artigo 684, IX do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

§6. Descrição das ações fiscalizatórias do objeto se dará por meio de quantidade de dias trabalhados, controle de comparecimento e/ou produção, se está sendo cumprida a carga horária, e as demais determinações de responsabilidade da cooperada e dos apenados, descritas neste Termo na cláusula segunda.

CLÁUSULA NONA – DA REMUNERAÇÃO

Pelas atividades, os presos serão remunerados, ao menos, no equivalente a $\frac{3}{4}$ do salário-mínimo, nos termos do art. 29, caput, da Lei n.º 7.210/84, desde que cumprida a carga horária integral prevista neste instrumento.

§1º. O valor da remuneração poderá ser calculado com base na produção realizada por preso, conforme tabela definida pela Direção do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, observando o mínimo legal correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional vigente.

§2º. Será autorizada a cobrança da parcela destinada ao FUPEN, taxa, das empresas cooperadas, conforme o número de presos implantados no canteiro de trabalho (Conselho Diretor do Fundo Penitenciário / Resolução Nº 008/2014 de 12 de dezembro de 2014), como segue abaixo:

- 01 a 50 presos implantados 25% do salário-mínimo;
- 51 a 100 presos implantados 20% do salário-mínimo;
- 101 a 200 presos implantados 15% do salário-mínimo;
- 201 a 300 presos implantados 10% do salário-mínimo;
- Acima de 301 presos implantados 5% do salário-mínimo.

§3º. O quantitativo de presos será calculado pela média no mês.

§4º. Ocorrendo o inadimplemento das obrigações relativas ao Fundo Penitenciário do Paraná, a empresa deverá ser notificada pelo Gestor e Fiscal para realização dos pagamentos devidos no prazo de 30 (trinta) dias.

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

§5º. Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, Gestor e Fiscal deverão, em até 7 (sete) dias, promover a inscrição da empresa em dívida ativa do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ

A **COOPERADA** pagará, nos termos da Resolução 008/2014 – DEPPEN/PR, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**, o equivalente a 100% do salário-mínimo nacional por preso implantado, a ser pago por boleto bancário, que será composto da seguinte forma: 75% (setenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso e 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo nacional destinado ao **FUPEN**, a título de taxa, revertida para programas de trabalho dos presos.

§1º. Caberá única e exclusivamente ao **Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN**, deliberar sobre a isenção, total ou parcial, dos 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário-mínimo nacional por preso, a ser recolhido para cobertura de despesas administrativas.

§2.º O **DEPPEN** emitirá boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **COOPERADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado.

§3.º À **COOPERADA** caberá multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre a prestação não paga nos prazos preestabelecidos, sendo que o não pagamento do boleto bancário emitido pelo **FUPEN** em um prazo superior a 7 (sete) dias após o vencimento, poderá motivar a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, ficando o restabelecimento das condições rotineiras ao labor condicionada à plena e total quitação da dívida existente.

§4º. Ocorrendo o inadimplemento das obrigações relativas ao Fundo Penitenciário do Paraná, a empresa deverá ser notificada pelo Gestor e Fiscal para realização dos pagamentos devidos no prazo de 30 (trinta) dias.

§5º. Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, Gestor e Fiscal deverão, em até 7 (sete) dias, promover a inscrição da empresa em dívida ativa do Estado.

ODAIR DE
OLIVEIRA:02
652767992

Assinado de forma
digital por ODAIR DE
OLIVEIRA:026527679
92
Dados: 2023.10.10
09:05:13 -03'00'

Endereço: Rua Maria Petroski, 3312 - Bairro Bacacheri - Curitiba - PR - Cep 82.590-100
Tel 41 3294-2974

PABLO FERNANDO
PEREIRA DA
COSTA:346276478
08

Assinado de forma digital por
PABLO FERNANDO PEREIRA
DA COSTA:34627647808
Dados: 2023.10.11 10:33:38
-03'00'

**POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DISTRATO E DA RESCISÃO

É facultado aos partícipes promover o distrato do presente Termo de Cooperação, a qualquer tempo, por mútuo consentimento.

Parágrafo único: nas hipóteses de descumprimento deste Termo de Cooperação ou da legislação que lhe é aplicável, é cabível a rescisão unilateral por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, restando a cada partícipe, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA

Poderão os partícipes denunciar, a qualquer tempo, por escrito, o presente Termo de Cooperação, restando a cada partícipe a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior a denúncia.

Parágrafo único. A denúncia deverá ser notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, vedadas alterações que modifiquem substancialmente o seu objeto ou que contrariem as disposições da Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210/84.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica designado o Foro de Curitiba – PR, para dirimir quaisquer dúvidas que se originarem do presente Termo de Cooperação.

E, por estarem de acordo, firmam as partes, por seus representantes, o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

ODAIR DE OLIVEIRA:02
652767992
Assinado de forma digital por ODAIR DE OLIVEIRA:02652767992
Dados: 2023.10.10 09:05:30 -03'00'

Endereço: Rua Maria Petroski, 3312 - Bairro Bacacheri - Curitiba - PR - Cep 82.590-100
Tel 41 3294-2974

PABLO FERNANDO PEREIRA DA COSTA:34627647808
Assinado de forma digital por PABLO FERNANDO PEREIRA DA COSTA:34627647808
Dados: 2023.10.11 10:34:09 -03'00'

POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Curitiba _____ de _____ de _____.

CEL. PM RR HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA

Secretário de Estado da Segurança Pública

ODAIR DE
OLIVEIRA:02652767992

Assinado de forma digital por
ODAIR DE OLIVEIRA:02652767992
Dados: 2023.10.10 09:05:49 -03'00'

ODAIR DE OLIVEIRA

Odair de Oliveira - Metalúrgica

OSVALDO MESSIAS MACHADO

Diretor-Geral de Polícia Penal

PABLO FERNANDO
PEREIRA DA
COSTA:34627647808

Assinado de forma digital por
PABLO FERNANDO PEREIRA DA
COSTA:34627647808
Dados: 2023.10.11 10:34:35 -03'00'

PABLO FERNANDO PEREIRA DA COSTA

Gestor da Cadeia Pública de Maringá

TESTEMUNHAS

1. Nome: **Boanerges Silvestre Boeno Filho**

CPF:708.556.417-20

2. Nome: **Nome: Laercio Gaveliki**

CPF:045.690.879-06

Endereço: Rua Maria Petroski, 3312 - Bairro Bacacheri - Curitiba - PR - Cep 82.590-100
Tel 41 3294-2974

Documento: **TERMOASSINADO.pdf**.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Pablo Fernando Pereira da Costa** em 11/10/2023 10:29, **Odair de Oliveira** em 10/10/2023 09:02.

Assinatura Avançada realizada por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho (XXX.556.417-XX)** em 26/10/2023 17:12 Local: DEP/DPD, **Laercio Gaveliki (XXX.690.879-XX)** em 26/10/2023 17:20 Local: DEP/DPD, **Reginaldo Peixoto (XXX.760.969-XX)** em 27/10/2023 10:13 Local: DEP/GAB, **Cel. Pm Rr Hudson Leôncio Teixeira (XXX.630.419-XX)** em 27/10/2023 15:36 Local: SESP/GS.

Inserido ao protocolo **21.119.543-6** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 26/10/2023 17:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
38cf268893de284b7a8780f5dbe236ba.



Valor total: R\$ 995.960,00 (novecentos e noventa e cinco mil novecentos e sessenta reais)

Vigência: 27/10/2023 até 26/10/2024

O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de notebooks para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Paraná – DEPPEN, oriundo do Pregão nº 08/2022.

Assinado em 27/10/2023.

VILLAS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

Protocolo n.º 21.072.227-0

Valor total: R\$ 97.359,85 (noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais, oitenta e cinco centavos)

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor do Contrato nº 1152/2022 em 25%, referente a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros no Município de Campo Largo e Almirante Tamandaré/PR.

Assinado em 24/10/2023.

RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Protocolo n.º 21.171.097-7

Valor total: R\$ 1.716,72 (um mil setecentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos).

Vigência: 31/12/2023 até 29/12/2024

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 912/2020 - GMS nº 3194/2020, referente a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda dos presídios, cadeias, carceragens e Delegacias da Polícia Civil de Gestão Plena do DEPPEN e as compartilhadas entre a Polícia Civil e o DEPPEN para as unidades: Delegacia de Polícia de Guaratuba.

Assinado em 27/10/2023.

ODAIR DE OLIVEIRA - METALÚRGICA.

Protocolo n.º 21.119.543-6

Vigência: 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua publicação

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná, como forma de readaptação ao meio social, devendo atuarem nas dependências da cooperativa ou em locais previamente informados a Direção da Unidade Penal, na execução de serviços de: Construção Civil e Manutenção Hidráulica em Geral.

Assinado em 27/10/2023.

CS BRASIL FROTAS S.A.

Protocolo n.º 20.968.301-6

Valor total: R\$ 8.313.300,00 (oito milhões, trezentos e treze mil e trezentos reais)

Vigência: 27/10/2023 até 26/04/2026

O presente contrato tem por objeto, a prestação de serviço de locação de veículos para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, oriundo do pregão eletrônico nº 146/2022.

Assinado em 27/10/2023.

SUPERAR LTDA - ME.

Protocolo n.º 20.981.150-2

Valor total: R\$ 6.683,02 (seis mil seiscentos e oitenta e três reais e dois centavos)

Vigência: 27/10/2023 até 26/10/2024

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos de ar-condicionado, para atender as necessidades da Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná - COGER, oriundo do pregão eletrônico nº 1851/2022.

Assinado em 27/10/2023.

LS REFRIGERAÇÃO LTDA.

Protocolo n.º 20.981.150-2

Valor total: R\$ 14.565,66 (quatorze mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos)

Vigência: 27/10/2023 até 26/10/2024

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos de ar-condicionado, para atender as necessidades da Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná - COGER, oriundo do pregão eletrônico nº 1851/2022.

Assinado em 25/10/2023.

AGROPECUÁRIA VOLPATO LTDA.

Protocolo n.º 20.972.815-0

Valor total: R\$ 49.788,00 (quarenta e nove mil setecentos e oitenta e oito reais)

Vigência: 12 (doze) meses contados de sua publicação

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a distribuição de Leite Pasteurizado Integral – LPI, para o programa – Ação Leite Paraná, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SEAB oriundo do Edital de Chamamento Público n.º 1/2023.

Assinado em 27/10/2023.

CONNECTED PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

Protocolo n.º 21.110.754-5

Valor total: R\$ 74.280,00 (setenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais)

Vigência: 27/10/2023 até 26/10/2024

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de toner e outros suprimentos de informática compatíveis com impressora Lexmark, para atender a demanda do Departamento de Polícia Civil – DPC, oriundo do

Pregão Eletrônico nº 2281/2022.

Assinado em 27/10/2023.

N. R. ALIMENTOS LTDA.

Protocolo n.º 21.074.713-3

Valor total: R\$ 142.511,20 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e onze reais, vinte centavos)

Vigência: 27/10/2023 até 26/10/2024

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de hortifrutigranjeiros, para atender as necessidades 8º Batalhão de Polícia Militar – 8º BPM, oriundo do Pregão Eletrônico nº 1436/2022.

Assinado em 27/10/2023.

TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME.

Protocolo n.º 21.089.314-8

Valor total: R\$ 4.774,00 (quatro mil e setecentos e setenta e quatro reais)

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor do Contrato nº 0067/2023 – GMS Nº 0686/2023 em 24%, referente a aquisição de material médico hospitalar geral VI, para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar – HPM.

Assinado em 27/10/2023.

N. R. ALIMENTOS LTDA.

Protocolo n.º 20.919.200-4

Valor total: R\$ 132.361,60 (cento e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais, sessenta centavos)

Vigência: 27/10/2023 até 26/10/2024

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de hortifrutigranjeiros, para atender as necessidades 11º Batalhão de Polícia Militar – 11º BPM, oriundo do Pregão Eletrônico nº 1436/2022.

Assinado em 27/10/2023.

LATICÍNIOS RUHBAN LTDA.

Protocolo n.º 20.970.932-5

Valor total: R\$ 61.958,40 (sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos)

Vigência: 12 (doze) meses contados de sua publicação

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a distribuição de Leite Pasteurizado Integral – LPI, para a o programa – Ação Leite Paraná, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SEAB, oriundo do Edital de Chamamento Público n.º 1/2023.

Assinado em 27/10/2023.

START TECNOLOGIA LTDA.

Protocolo n.º 20.890.468-0

Valor total: R\$ 8.805,00 (oito mil oitocentos e cinco reais)

Vigência: 26/10/2023 até 25/10/2024

O presente contrato tem por objeto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção de kit crachás, contendo crachá, porta crachás, cordões e roller clip retrátil, para atendimento de demanda da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, oriundo da dispensa de licitação nº 040784/2023.

Assinado em 26/10/2023.

118260/2023

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI.

TED – 242'2023 – Eprotocolo. 21.206.760-1 - Partes: SETI/UEF/UNIOESTE. Termo de Execução Descentralizada que entre si estabelecem a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na Condição de Unidade Descentralizadora e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, na condição de Unidade Descentralizada, visando à Descentralização do Orçamento Programado para a Execução de Ações de Interesse Recíproco referentes ao Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Estado do Paraná. **Objeto:** O presente Termo de Execução Descentralizada – TED – tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco para apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná e a promoção do financiamento de programas, projetos e ações de pesquisa, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como medidas autorizadas pela Lei Estadual nº 20.541 de 2021 e atividades afins, de acordo com as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT PARANÁ e nos termos do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná e Lei Estadual 21.354 de 2023, e em sintonia com o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante desse Termo. Para cumprimento dessa finalidade, será promovido o financiamento do projeto intitulado “APOIO A INFRAESTRUTURA DO LABORATÓRIO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIOESTE - CAMPUS DE CASCAVEL”, cujo objeto consiste em apoiar ações voltadas a readequação e modernização de espaço físico, equipamentos e diversos softwares adequados para o emprego da tecnologia BIM em projetos de Engenharia no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia